



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES
2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
VIADUTO DONA PAULINA Nº 80, São Paulo - SP - CEP 01501-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **0027966-71.2003.8.26.0053/27**
 Requerente: **Celia Regina Capucho da Silva Motta**
 Ent. Devedora: **IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juíza de Direito: Dra. **Lais Helena Bresser Lang**

Vistos.

Fls. 93/94: deixo de apreciar a(s) petição(ões), porquanto, nos termos do artigo 2º do Provimento CSM Nº 2.488/2018, *"a UPEFAZ será competente para todas as execuções judiciais decorrentes das ações distribuídas às Varas da Fazenda Pública da Capital na forma dos artigos 34, 35 e 36 do Código Judiciário do Estado de São Paulo (Decreto-Lei Complementar nº 3/69), desde que ajuizadas, em conformidade com os artigos 534 do Código de Processo Civil e 100 da Constituição Federal, contra as Fazendas Estadual e do Município de São Paulo, bem como suas autarquias, fundações e concessionárias de serviços públicos por ventura sujeitas ao mesmo regime de execução, com ofício requisitório expedido e após a confirmação do número de ordem do Precatório pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça, nos termos do inciso II do artigo 267 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça"*. Destarte, tendo em vista que o incidente de precatório encontra-se devidamente processado, bem como com seu respectivo número de ordem cronológica gerado, é competência da UPEFAZ a análise dos pedidos de levantamento de valores, cessão de crédito, habilitação de herdeiros, dentre outros. Inclusive, é este o entendimento adotado pelo E. TJSP:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – INCIDENTE DE PRECATÓRIO – COMUNICAÇÃO DE CESSÃO DE CRÉDITO APÓS O PRECATÓRIO SER EXPEDIDO – COMPETÊNCIA UPEFAZ – Decisão que determinou que se aguardasse a análise oportuna da homologação da cessão de crédito pela UPEFAZ – Manutenção – Competência da UPEFAZ para dirimir questões prévias, como a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES
2ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
VIADUTO DONA PAULINA Nº 80, São Paulo - SP - CEP 01501-000
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

homologação da cessão de crédito, a expedição de mandado de levantamento nas execuções judiciais decorrentes das ações distribuídas às Varas da Fazenda Pública da Capital – Inteligência do art. 2º e 3º do Provimento nº 2.488/2018 do CSM – Precedentes deste E. Tribunal – Decisão mantida. – Recurso desprovido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2215418-91.2022.8.26.0000; Relator (a): Spoladore Dominguez; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 3ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 06/12/2022; Data de Registro: 06/12/2022; g.n.)

Ademais, não há que se falar na aplicação do disposto no Comunicado CG Nº 51/2021, pois é necessário que haja impossibilidade técnica de redistribuição dos autos à UPEFAZ, o que não ocorreu no presente caso:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECATÓRIO. Controvérsia quanto à competência para processamento. Competência da UPEFAZ para o prosseguimento das execuções judiciais decorrentes das ações distribuídas às Varas da Fazenda Pública da Capital, quando expedido o ofício requisitório e confirmada a ordem cronológica do precatório. Provimento CSM nº 2488/2018. Inaplicabilidade ao caso concreto do Comunicado CG nº 51/2021, que excepciona a regra de competência somente quando há impossibilidade técnica de remessa à UPEFAZ. Excepcionalidade não identificada. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (TJSP; Agravo de Instrumento 2217998-94.2022.8.26.0000; Relator (a): Bandeira Lins; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 8ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 29/11/2022; Data de Registro: 29/11/2022; g.n.)

Desta forma, providencie a z. Serventia, se em termos, a redistribuição dos autos à UPEFAZ, observando-se a ordem cronológica, devendo, se for o caso, certificar a impossibilidade técnica de redistribuição.

Int.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**